

# Vamos debater um Projeto Popular para o Brasil?





## Sumário

I- Apresentação.....	04
II- Introdução: Projeto Popular para o Brasil.....	16
III- Plataforma Política para um Projeto Popular para o Brasil.....	20
IV- Orientações Metodológicas.....	34
V- Para saber mais.....	44



# I- Apresentação

## 1. Breve histórico de nossa trajetória comum



Foto: Luiz Fernando/MST

Nos últimos cinco anos, reunimos centenas de pesquisadores, especialistas e militantes de diferentes movimentos populares, partidos políticos e diversas entidades da sociedade brasileira, para refletirmos e debatermos de forma coletiva as soluções necessárias para os principais problemas enfrentados pelo nosso povo.

Em termos metodológicos, partimos da experiência histórica do povo brasileiro e suas mediações políticas. Entendemos que o projeto de país traduz as aspirações das lutas populares e a disputa desse projeto na sociedade acontece quando o povo entra organizado na história da construção nacional. Assim, passamos pelos debates anteriores de projetos para o país, desde a década de 1930, em torno da Aliança Nacional de Libertação; depois na década de 1960, em torno das reformas de base ensejadas pelos movimentos populares e pelo governo de João Goulart; e, mais tarde, na década de 1980, durante a redemocratização do país, quando se debateu o projeto democrático popular, derrotado nas eleições de 1989. De lá para cá se fortaleceu a hegemonia da classe dominante proprietária dos bens, meios de produção e riqueza e houve uma subordinação ainda maior do país ao imperialismo estadunidense e europeu. Ao mesmo tempo em que temos uma correlação de forças desfavorável da perspectiva da classe trabalhadora.

Passamos também pela experiência dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). O governo Lula, a partir de 2003, implementou uma série de políticas neodesenvolvimentistas, que ainda que tenha ajudado a combater a pobreza e as desigualdades, não representaram um novo projeto de país, já que o modelo de sociedade preservou a concentração de riquezas e a conciliação com as clas-

ses exploradoras. Assim, o neodesenvolvimentismo mostrou-se insuficiente para realizar transformações mais efetivas na direção da emancipação e autodeterminação dos povos que constituem o Brasil. E os setores defensores da política neoliberal, que não conseguiram vencer nas urnas, articularam um golpe contra a presidenta Dilma para impor seu projeto na sociedade brasileira.

Tomamos em conta os inúmeros programas construídos coletivamente nos partidos, e também nos movimentos populares, ainda que de forma mais setorial.

Ao iniciarmos os debates e as reflexões coletivas entre tantos companheiros e companheiras, percebemos que os marcos teóricos não poderiam se ater apenas a um plano de crescimento econômico, distribuição de renda e desenvolvimento social, essa é uma cultura política agarrada ao produtivismo econômico.

Sabemos que não basta analisar problemas e propor alternativas, é preciso debater ideias com o maior número possível de brasileiros e brasileiras que sofrem diariamente a insatisfação com suas condições de vida precária, com os ataques ao meio ambiente, à nossa soberania, com o racismo e o machismo.

Temos o desafio de construir um projeto democrático e popular para o Brasil que parta das necessidades do povo e que possa ter o povo brasileiro no comando. Por isso, neste documento organizamos diversas propostas em torno das quais é necessário construir força social para que seja viável superar as várias formas de desigualdades, exploração, discriminações, preconceitos e da falta de liberdades, ao mesmo tempo em que reafirmamos os direitos conquistados pela luta do povo brasileiro.



Foto: Guilherme Gandolfi

Defendemos que esse projeto deveria partir, então, de uma visão mais ampla e de princípios que deveriam contribuir com os objetivos maiores a serem alcançados, aquilo que chamamos de “paradigmas” balizadores de todos os debates.

## 2. A compreensão de paradigma

Utilizamos os paradigmas para indicar que há a necessidade de, durante o processo de formulação, adotar referências, princípios, sensibilidades, noções mestras e conceitos, capazes de analisar criticamente a complexidade do presente e enunciar o futuro que queremos construir. Essas referências fundamentais, sobre as quais serão assentadas as bases do nosso projeto de sociedade, são os nossos paradigmas.

## 3. Objetivos dos paradigmas

A discussão de paradigmas tem a finalidade de estabelecer referências para a construção de um Projeto popular para o Brasil. Entendemos que as formulações teóricas e as elaborações programáticas dos movimentos populares e setores sociais fornecem as bases para um programa coerente e coeso que corresponda às necessidades deste momento histórico tão desafiador.



Foto: Reprodução

A construção de uma sociedade fundada na justiça social, na igualdade, na liberdade, na diversidade, e organizada com base na democracia, no Estado de direito, na sustentabilidade e na soberania, requer um projeto capaz de reunir e unir as forças sociais, econômicas, políticas e culturais, mobilizando-as para uma empreitada de longas e profundas transformações.

Nesse sentido, há um esforço permanente para dar conteúdo ao projeto, formulando novas referências que sejam capazes de orientar o movimento de construção e as lutas pela transformação social. Para tal, apostamos no diálogo e no debate entre movimentos populares, intelectuais e acadêmicos que se dedicam a pesquisar, refletir e atuar sobre a realidade brasileira, propondo soluções para seus problemas estruturais.

O futuro é inédito e está para ser permanentemente construído e re-fundado. Projetar esse futuro, construindo-o no presente por meio dos processos de luta, requer ferramentas capazes de dar conteúdo àquilo que podemos denominar de nossa utopia: a sociedade que queremos construir.

#### **4. A crise civilizatória de todo mundo provocada pela crise do modo de produção capitalista**

A construção de um projeto para o país apresenta como pressuposto a visão de que estamos vivendo um momento de crise civilizatória, em que as bases da organização social estão colocadas em xeque. Abre-se portanto espaço para a formulação e disputa de novas perspectivas e para uma revolução “em toda a constelação de opiniões, valores e métodos participados pelos membros de uma sociedade, fundando um sistema articulado mediante o qual a sociedade e o conjunto de suas relações se orienta e se organiza”, como aponta Leonardo Boff. Isso implica em uma crítica radical ao tipo de civilização existente, novos sonhos, novos valores, novos comportamentos, novas sensibilidades, novas relações, formas novas de ver, pensar e agir sobre o mundo. Disto nasce, se constrói e se disputa um novo paradigma.

Nosso desafio é transformar os paradigmas em soluções concretas para os problemas da sociedade brasileira, práticas exemplares que superem as antigas e se tornem ideias aglutinadoras da esperança de transformação social. Para isso, faz-se necessário reinventar um novo modo de estar no mundo, criar novas formas de gerir o Estado e as relações sociais e econômicas, o que implica novas formas de produzir, distribuir, consumir, habitar e conviver. É importante construir progressivamente as bases para uma sociedade que esteja em sintonia com os ritmos e limites da natureza. Os paradigmas indicam duas dimensões combinadas: como progressivamente melhorar a vida das pessoas, mas também apontam transformações mais profundas de superação do capitalismo e de construção de uma sociedade em outras bases.

## 5. Nossos paradigmas norteadores



Foto: Maison Bertoncetto/MST

A construção de uma sociedade sustentável exige superar as desigualdades econômicas, políticas e sociais; incorporar a cidadania na forma de participação popular no exercício da democracia, bem como o respeito às diferenças culturais e a consolidação de valores éticos de respeito à vida em suas múltiplas expressões.

Os paradigmas que elegemos como norteadores para construção do projeto são:

- a) Vida boa para todas e todos
- b) Defesa da natureza como bens comuns
- c) Igualdade social e valorização da diversidade social e cultural
- d) Democracia, participação popular na gestão do Estado e autonomia
- e) Soberania e desenvolvimento
- f) Prática dos valores humanistas

## 5.1. Vida boa para todas e todos

O objetivo fundamental de qualquer projeto de país e de sociedade é garantir que haja uma vida boa, igualitária, para todos/as, independente de onde cada pessoa mora, da idade, da profissão, da condição de vida e de suas características pessoais. Portanto, o objetivo da produção de bens, do trabalho, da organização social e cultural, deverá ser sempre a busca da vida boa. E não do lucro ou da acumulação.

Uma vida boa para todos e todas significa que todos devem ter acesso à integralidade dos benefícios construídos pela humanidade, gerando desenvolvimento e potencializando a criatividade, relações prazerosas e de satisfação das necessidades. Os alimentos, a água, a moradia digna, o trabalho, o conhecimento (educação) e a cultura são direitos fundamentais de todo ser humano. E por isso nosso projeto deve garantir que todo brasileiro tenha assegurado essas condições de vida.

## 5.2. Defesa da natureza como bens comuns

Os bens da natureza (terra, florestas, ar, água, minérios, biodiversidade), a cultura (linguagem, conhecimentos tradicionais e patrimônio histórico), e a própria comunidade em que nos inserimos, são bens comuns e, em conjunto, sustentam a vida humana. Por isso, sobre eles deve pesar sempre que todo o povo tem direitos e eles devem ser usados em prol do bem comum, sobre os quais não pode ter propriedade privada e exploração para o lucro.



Foto: Reprodução

Ao contrário do que afirma o capitalismo, os bens comuns têm mais valor quanto mais abundantes são. Seu valor não é medido de forma financeira, mas pelos benefícios que produzem; e sua preservação não depende do retorno financeiro, e sim do compromisso comum de longo prazo.

Há uma urgência em reconectar as esferas da produção, reprodução e consumo, separadas pelo capitalismo. Essa reconexão é que nos propiciará as transformações necessárias em nosso cotidiano para atuar em termos de recuperação e produção dos bens comuns.

Além disso, devemos defender os bens da natureza, preservá-los, usá-los em equilíbrio entre as diferentes formas de vida, humana, vegetal, animal, dos micro-organismos que dependem uns dos outros. Já são mais de 134 mil espécies em risco de extinção em todo planeta. E isso já altera o equilíbrio entre todos.

### 5.3. A construção permanente de uma sociedade igualitária



Foto: Leandro Taques/MST

A produção de desigualdades sociais é resultado da lógica de funcionamento do capitalismo, que está baseado na exploração da maioria e na acumulação para poucos. Quanto mais o "mercado" - leia-se, vontade dos capitalistas - seja "livre" e "autorregulado", maior tende a ser a desigualdade, como demonstram os dados. Atualmente, 1% dos mais ricos acumula a mesma quantidade de riqueza dos 50% mais pobres.

No Brasil, a desigualdade é um componente histórico e estrutural que tende a reproduzir novas formas permanentes de exclusão e discriminação. É uma desigualdade que atravessa a sociedade, inclusive encontrando respaldo político em segmentos médios e ricos. O enfrentamento da desigualdade tende a encontrar resistências, mas não é possível caminhar na perspectiva de transformar a sociedade sem enfrentar todas as dimensões da desigualdade: econômica, regional, cultural, racial, de gênero, de conhecimento, de acesso a serviços sociais de qualidade, divisão social e sexual do trabalho etc.

A construção da igualdade é uma referência para a formulação de políticas de um projeto para o país que empregue políticas que combatam as exclusões, discriminações e as fontes de produção de diferenciações sociais e econômicas. É também fundamental defender a democratização do conhecimento e da cultura, em todas as suas expressões, na perspectiva de todas e todos terem acesso a elas.

Nosso princípio é que a produção e distribuição dos bens (a riqueza) é um meio para viabilizar uma vida boa para todos e todas, diminuindo progressivamente todo tipo de desigualdades, opressões e discriminações sociais; por isso a questão do direito à igualdade necessita ser articulada com a diversidade.



Foto: Reprodução/Levante Popular da Juventude

## 5.4. A valorização e respeito à diversidade social e cultural

O capitalismo, o patriarcado e o racismo são parte de um único sistema que estrutura as relações sociais com base na exploração, na opressão e no racismo. A contraposição a esse modelo deve articular necessariamente estas dimensões: classe, relações sociais entre os gêneros e etnias diversas, como condição para superar as relações de dominação impostas pelo capitalismo. A desmercantilização, a superação da divisão sexual do trabalho e a solidariedade são elementos centrais para a construção de práticas que respeitem a autonomia e a liberdade de todas as pessoas, desconstruindo formas sistêmicas de discriminação.

O Brasil possui altas taxas de violações de direitos humanos, entre as quais destacamos o genocídio da juventude negra, dos povos indígenas e a violência patriarcal contra mulheres e meninas (incluindo feminicídios, violações, abusos sexuais e assédios de diferentes tipos), e contra a população LGBTTQI+. A isso se soma a não representação política desses setores da população. Há ainda índices alarmantes de tráfico de pessoas, em particular de mulheres, geralmente para fins de exploração sexual.



Foto: Reprodução/Levante Popular da Juventude

As profundas e enraizadas hierarquias na sociedade brasileira exigem um compromisso prioritário com o desmantelamento desses sistemas de opressão, que não passam apenas pela questão de classe, embora seja necessário considerar essa imbricação e substancialidade das relações sociais. A liberdade social e cultural de cada indivíduo e dos grupos com os quais se identifica, deve partir do respeito ao diferente e do reconhecimento que todos têm os mesmos direitos.

### **5.5. Democracia, participação popular na gestão do Estado e autonomia**

A participação popular ativa na gestão dos poderes públicos simplificados na figura do Estado é condição necessária para a verdadeira democracia. Todo poder realmente emana do povo e é exercido por múltiplas formas de organização e participação popular.

Considerando as múltiplas opressões na sociedade brasileira, é de fundamental importância a organização de diversos sujeitos coletivos em nossa sociedade. Uma organização que responda à diversidade de problemáticas deve criar sinergia para a definição de um projeto integral, que rompa com as fragmentações e hierarquizações internas da classe trabalhadora e que também considere a diversidade dos diferentes modos de vida que hoje são marginalizados na sociedade.

Só com uma organização enraizada e que visibilize um conjunto de setores invisibilizados pelo silêncio e exclusão é que se garantirá, em práticas concretas, a democratização da sociedade, a recuperação e construção dos bens comuns, o enfrentamento às elites e a construção de um posicionamento emancipador e libertário.

Faz parte da democratização da sociedade também a democratização da propriedade e uso dos meios de comunicação de massa. Hoje alguns poucos grupos empresariais dominam todas as formas de comunicação de massa, primeiro para obter lucro, e segundo para garantir sua hegemonia ideológica da burguesia sobre a maioria da sociedade. É preciso democratizar a propriedade e uso das redes de televisão, rádios, jornais, internet, redes sociais e outras formas de comunicação pela cultura e costumes. O acesso à educação formal, em todos os níveis, desde a pré-escola até a universidade, e o conhecimento científico em geral, são condições da democracia e da liberdade da população. Só o conhecimento liberta verdadeiramente as pessoas de qualquer exploração e opressão.

## 5.6. Soberania Popular



Foto: Matheus Alves/Levante Popular

A Soberania nacional é a garantia de autodeterminação do povo brasileiro para escolher e decidir sobre seu próprio destino. A soberania popular afirma que o povo decide os rumos da vida social e defende seu território e bens comuns.

Não é possível pensar um projeto para o Brasil sem termos como fundamento a soberania popular sobre nosso território e suas riquezas naturais, garantindo sua defesa, a autodeterminação política da Nação e a independência respeitosa em relação aos demais países. Prezando pela participação ativa e soberana do nosso país em todos os espaços de articulação internacional.

Faz parte da soberania popular e nacional a autonomia que a nação precisa ter no conhecimento científico, na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que contribuam para a solução mais rápida e barata dos problemas que o povo enfrenta nos vários aspectos da vida social. Assim, o país precisa investir recursos para garantir essa soberania em conhecimentos, pesquisa e tecnologia, que implica em autonomia energética, a partir de todas as fontes possíveis (petróleo, água, sol, ventos, mares).

Nenhum país é soberano se não produz todos os alimentos que sua culinária e cultura costumam usar, em cada território. Então, a política do Estado deve garantir recursos, insumos e conhecimentos ao povo, para que se possa produzir alimentos necessários e saudáveis em todos os territórios da nação, garantindo assim a soberania alimentar de todo o povo.

## 5.7 Prática dos valores humanistas

A história da civilização humana está calcada na luta permanente e na prática da solidariedade, da justiça social e na busca pela igualdade social. As práticas de exploração das pessoas, egoísmo, consumismo e individualismo nos levam sempre à exclusão social e à barbárie, em que os interesses dos mais fortes se sobrepõem às maiorias pela força do capital e das armas.

Por isso, todo projeto de desenvolvimento nacional deve ter os valores humanistas e civilizatórios como princípios da vida social.

Esses princípios incluem a elevação permanente dos níveis de conhecimento e cultura de toda a população como base para uma vida mais harmoniosa e prazerosa para todos.



Foto: Julia Dolce/Brasil de Fato

## II- Introdução ao projeto popular para o Brasil

As propostas que compõem essa cartilha estão distribuídas em cinco sessões:

### 1. Recursos naturais e energéticos:



Ao contrário do que afirma o capitalismo, o valor dos bens da natureza (o ar, a água, a terra e os minérios, florestas, biodiversidade) não é fruto de trabalho humano, e portanto não tem valor no sentido da economia política. Por isso, esses bens devem ser utilizados em serviço do bem-estar comum de todos, e não apropriados de forma privada para dar lucro a poucas empresas e seus acionistas.

As nossas riquezas pertencem ao povo brasileiro e devem ser compartilhadas para que todos e todas tenham acesso. Assim, os recursos naturais e energéticos do nosso território são bens comuns e, em conjunto, devem ser compartilhados para sustentar a vida do povo, oferecendo a todos e todas as condições necessárias para viver, morar e trabalhar. Para compreendermos as necessidades humanas, para a boa vida, é necessário considerar efetivamente a diversidade das formas de ser e viver da enorme gama de culturas, dos arranjos comunitários e de expressões do que são os povos que constituem o Brasil.

## 2. Economia e Trabalho:



Nossa economia é controlada pelos interesses da classe proprietária dos bens financeiros e de produção, por grandes empresas e corporações brasileiras ou internacionais, que formam a classe da burguesia brasileira e internacional. Do outro lado, cresce o número de desempregados e de trabalhadores informais sem direitos a quem são impostas condições cada vez mais precárias de vida. Precisamos de um novo modelo que desenvolva as potencialidades produtivas do nosso país e que tenha como prioridade a geração de emprego e renda, distribuição de riqueza, a preservação da vida do povo brasileiro e o bem-estar coletivo.

Para isso, a política pública deve ser orientada por missões socioambientais, que contribuem para a superação de problemas históricos da sociedade brasileira (como mobilidade urbana, saúde e educação). As missões consideram como transversais temas como meio ambiente, gênero e raça, por exemplo. Dessa forma, propomos as linhas gerais para uma agenda popular de desenvolvimento que é a antítese da agenda da austeridade, apontando o caminho para a recuperação econômica e para transformação da sociedade brasileira rumo à justiça social.

### 3. Por cidades socialmente mais justas e ambientalmente sustentáveis:



Mais de 85% da população brasileira mora nas cidades e as desigualdades sociais, históricas, herdadas desde a escravidão, se mantêm até hoje marcando a vida de grande parcela dessas pessoas. Os recursos públicos e as melhores localizações são direcionadas para os negócios ou para especulação imobiliária, e as periferias e bairros populares são abandonados, no que diz respeito a investimentos públicos em equipamentos públicos e infraestrutura, dificultando a vida dos trabalhadores e trabalhadoras que são em sua maioria negras e negros que frequentemente ainda vivem sob cerco de forças policiais e do crime. A reconstrução democrática no Brasil vai exigir a transformação das nossas cidades em lugares socialmente mais justos e ambientalmente viáveis.

### 4. Os direitos de todo o povo:



A produção e reprodução das desigualdades faz parte do capitalismo. No Brasil, as desigualdades são marcas permanentes em toda a nossa história e tendem a reproduzir novas formas de exclusão e discriminação. Por isso não é possível avançarmos na transformação da sociedade sem enfrentar as desigualdades econômica, regional, cultural, racial, de gênero, de conhecimento, de acesso a serviços sociais de qualidade, a divisão social e sexual do trabalho etc. A construção da igualdade é para nós uma referência para a formulação de políticas que combatam as exclusões, as discriminações e a produção de diferenciações sociais e econômicas.

## 5. Um Estado democrático a serviço do povo e subordinado a formas participativas de sua gestão:



Queremos um Estado que realmente seja capaz de garantir nossos direitos e que esteja a serviço da sociedade e do povo, exercendo seu poder e sua gestão de forma democrática, transparente e com participação popular. Queremos um Estado que preserve sua soberania e que ao mesmo tempo esteja comprometido com a autodeterminação dos povos, com respeito à diversidade e que seja ativo na construção de uma sociedade igualitária.

Para isso, a reconfiguração do Estado no Brasil, deve partir de novas formas de regulação democrático-participativas que garantam de maneira efetiva direitos de cidadania para todos e também que reconheça a pluralidade popular (étnico-racial, regional, linguística, das religiosidades etc), não impondo modos de ser e viver.

Se você também sonha com a construção de um país mais justo, soberano e democrático para todos os brasileiros e brasileiras, some-se a nós na construção do Projeto Brasil Popular.



Foto: Reprodução/Levante Popular da Juventude

# III- Plataforma Política para um Projeto Popular para o Brasil

## 1. Recursos naturais e energéticos



1. Os bens da natureza, tais como água, florestas, terras, minérios, petróleo, e toda a biodiversidade, devem ser prioritariamente utilizados em função do bem comum e do desenvolvimento do país, e não para a exploração destrutiva das empresas capitalistas nacionais e estrangeiras.

2. É preciso implementar uma Reforma Agrária popular, que garanta a distribuição de terras a quem precisa, estabeleça o limite de propriedade fundiária e a produção de alimentos saudáveis, com adoção da agroecologia e da agroindústria no campo.



3. O governo deve garantir uma política para assegurar a compra e a produção em larga escala de alimentos saudáveis, com estímulo ao uso de tecnologias para uma transição agroecológica e a descontaminação dos solos e das águas.



### Glossário

#### Biodiversidade

É a existência, numa dada região, de uma grande variedade de espécies de plantas, ou de animais. Não existe sustentabilidade na natureza sem biodiversidade.

#### Reforma Agrária Popular

A reforma agrária é popular porque abrange todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda a classe trabalhadora. É uma reforma agrária em benefício de todo o povo (Programa Agrário do MST)

#### Agroecologia

Um conjunto de conhecimentos baseados em técnicas e saberes tradicionais (povos originários e camponeses) que incorporam na prática agrícola a ecologia e os valores culturais. É também parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista.



4. Defendemos a adoção de um programa nacional permanente de plantio de árvores nativas e frutíferas, no campo e na cidade, como forma de enfrentar as mudanças climáticas e proteger o equilíbrio da natureza.

5. As populações e povos indígenas, quilombolas, afrodescendentes e ribeirinhos devem ser respeitados em suas formas de organização da produção, da cultura, das relações sociais, crenças e nos direitos sobre seus territórios atuais e os originários.



6. É necessário um programa de adoção de fontes de energias alternativas e renováveis, como ventos, mar, água, etc; na construção de uma nova matriz energética mais barata e em equilíbrio com a natureza.

7. Precisamos de um novo modelo de mineração, pautado pela soberania popular, que reconheça a necessidade de conter, atenuar e evitar as situações de risco geradas pela atividade, que tendem a atingir os trabalhadores e grupos politicamente minoritários e economicamente fragilizados, como os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores etc.



## 2. Economia e Trabalho



8. Estatização do sistema financeiro nacional, para que a sociedade tenha controle sobre a poupança e os recursos financeiros, que devem estar a serviço do investimento produtivo e das necessidades do povo.

9. Suspender o pagamento de juros aos títulos da dívida pública interna, investigando sua origem e pertinência.



10. Implementar um programa de re-industrialização do país, que impulse as indústrias para atenderem as necessidades de toda a população, seja contribuindo no enfrentamento de problemas de saúde como pandemias, seja de consumo ou de emprego.

11. Apoiar a criação de empresas de base tecnológica, priorizando a inovação dos fornecedores nacionais de bens e serviços, de modo a fortalecer e permitir o atendimento dos requisitos de conteúdo local na indústria.



### Glossário

#### Sistema Financeiro

É um conjunto de instituições e instrumentos financeiros, como os bancos, que possibilitam o encontro entre aqueles que investem recursos e emprestam dinheiro e os que fazem empréstimos e pagam juros. Essas instituições atuam internacionalmente, interferindo em toda a economia mundial.

#### Títulos da dívida pública

Quando o orçamento público não é suficiente para financiar os gastos do governo é preciso obter novos recursos. Para isso, os governos pegam empréstimos por meio da venda de títulos da dívida pública. O comprador de um título da dívida pública empresta dinheiro ao governo, que lhe pagará com juros.



12. Estimular a expansão da infraestrutura econômica (energia, transporte, telecomunicações, etc.) baseada em tecnologias limpas, aliando para essa expansão políticas educacionais e de desenvolvimento científico. Tecnologia e inovação aumentam a produtividade e a competitividade e têm forte impacto sobre a renda e o emprego da população.



13. Criar um sistema de tributação justo, que corrija as distorções da distribuição de riqueza e renda, incidindo mais sobre os mais ricos, transformando-o em uma ferramenta de combate às desigualdades sociais.

14. A indústria de armamentos, bebidas alcoólicas e cigarros devem ser fortemente tributada e seus recursos destinados a um fundo nacional de saúde e educação.



15. O Estado e os governos devem garantir a todo cidadão acima de 16 anos o direito ao trabalho e ao emprego.

16. Diante do atual nível de desenvolvimento tecnológico, devemos reduzir a jornada de trabalho para seis horas diárias, e para 5 dias por semana. Deste modo, será possível combater o desemprego e criar melhores condições de vida para toda a população. A redução de jornada não deverá impactar no valor dos salários.



## Glossário

### Tecnologias limpas

São novos processos industriais ou alterações realizadas em processos já existentes, sempre com o objetivo de que o consumo de matérias-primas, o consumo energético, os impactos ambientais e o desperdício sejam minimizados ou mesmo zerados.



17. Os salários devem cobrir as necessidades, conforme os cálculos do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômico – Dieese, resultando na elevação do salário mínimo em valor cinco vezes maior.

18. O Estado e os governos nos diferentes níveis devem estimular a organização da produção e do trabalho nas mais diferentes formas associativas e cooperativas, como forma de criar novas relações sociais de produção.



19. Ampliar o apoio às micro e pequenas empresas produtivas, em todos os setores da atividade econômica.

20. Retomar o controle público da Vale e da Embraer como forma de incidir sobre setores estratégicos da economia, bem como recuperar outras empresas públicas que foram privatizadas, em setores estratégicos como energia, água, saneamento, telefonia, petróleo e gás, fertilizantes e infraestrutura.



## Glossário

### Relações sociais de produção

A sociedade é o conjunto das relações que as pessoas estabelecem entre si com o fim específico de produzir as condições para sua existência material. Essas condições são produzidas pelo trabalho. Para isto, estabelecemos as relações sociais necessárias (adequadas à forma de propriedade e das relações de produção), sem as quais não há vida material.

### Vale e Embraer

São duas das maiores empresas brasileiras que foram privatizadas por governos neoliberais. A Vale é uma das maiores mineradoras do mundo, foi vendida em 1997 por R\$ 3,3 bilhões, mesmo suas riquezas sendo estimadas em 100 bilhões reais. A Embraer é uma das maiores fabricantes de aviões do mundo, entregue à iniciativa privada durante o governo de Michel Temer.



21. Ações afirmativas para as mulheres e população negra, em todos os âmbitos do serviço público e por meio de incentivos às empresas privadas (por exemplo, com facilitação crédito, preferência em compras públicas), como recurso à efetivação do igual direito ao trabalho decente.

### 3. Por cidades socialmente mais justas e ambientalmente sustentáveis

22. Aumentar os investimentos públicos nas periferias. Implantar nos municípios o conceito de inversão de prioridades, destinando recursos públicos mais vultosos para os bairros mais carentes. Investir na implantação e complementação da infraestrutura urbana nas periferias, ampliando as redes de transporte público e não motorizado. Implantar as redes de inclusão, formada por conjuntos de equipamentos sociais de qualidade, envolvendo serviços de saúde, educação, esporte, cultura e lazer.



23. Urbanizar as favelas, regularizando a posse das moradias e instituindo comitês gestores locais para deliberar sobre os projetos e fiscalizar as obras.

24. Viabilizar moradia adequada para todos, com facilidade de acesso aos equipamentos urbanos e aos empregos, por meio de política fundiária apoio à produção pública, à autogestão e à assistência técnica pública e gratuita.





25. Garantir a função social da propriedade urbana, combatendo a retenção especulativa. Aumentar progressivamente o imposto sobre os terrenos e edifícios vazios e ociosos, desapropriando os imóveis abandonados.

26. Destinar os imóveis ociosos da União, estados e municípios para moradias de interesse social e equipamentos públicos, combatendo sua privatização.



27. Universalizar o acesso à água potável e ao tratamento dos esgotos, combatendo a poluição dos cursos d'água. Instituir a tarifa social e garantir o abastecimento mínimo no caso de inadimplência. Combater a privatização do serviço de saneamento.

28. Implantar a compostagem e a coleta seletiva dos resíduos sólidos, viabilizando a redução expressiva dos volumes lançados nos aterros sanitários. Apoiar o desenvolvimento da economia solidária na reciclagem.



29. Garantir o direito ao transporte público para todos, por meio da tarifa zero e ou tarifa social. Melhorar a circulação e a acessibilidade com a implantação de faixas e corredores exclusivos para ônibus, ciclovias, calçadas acessíveis e sistemas de transporte público sobre trilhos. Aumentar a segurança no tráfego.

## Glossário

### Função social da propriedade e da cidade

É a compreensão (fundada em lei, artigos 183 a 186 da Constituição Federal) de que a propriedade deve estar submetida a uma função social, tanto no espaço urbano como no campo, observando os critérios de preservação do meio ambiente e cuidado com as relações de trabalho. Visa ao bem-estar de toda a sociedade e não ao interesse privado.



**30.** Democratizar o processo de decisão sobre o orçamento, apoiando a participação da sociedade e dos movimentos urbanos na definição, fiscalização e controle. E incluir representantes dos empregados e dos consumidores nos conselhos de administração das empresas e fundações públicas.

**31.** Apoiar a autogestão, o cooperativismo e as pequenas empresas na produção de bens e serviços urbanos, como a produção de habitação de interesse social, reciclagem de resíduos sólidos, limpeza urbana, abrigo à população em situação de rua, agricultura urbana e produção cultural.



**32.** Investir na implantação e manutenção de parques públicos e unidades de conservação em áreas urbanas. Proteger as áreas rurais nas regiões metropolitanas, apoiando o desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável. Desenvolver programas de arborização de praças e vias.

#### 4. Os direitos de todo o povo



**33.** Todo cidadão e cidadã deve ter o direito assegurado de poder estudar em todos os níveis de escolaridade de forma pública, gratuita, com qualidade e em estabelecimentos laicos.

A educação é a base fundamental para o desenvolvimento de nossa sociedade na perspectiva de formação integral (não apenas para o mercado de trabalho), mas para a construção de indivíduos autônomos, para transformação dos valores hegemônicos e superação das opressões.

**34.** Assegurar que as crianças e adolescentes de até 16 anos possam se dedicar exclusivamente ao estudo e às práticas de esporte e cultura.



**35.** O Estado deve garantir creches, cirandas infantis a todas crianças, em especial nas periferias, assegurando às mães condições para trabalhar e ter renda.

**36.** Os programas de educação em todos os níveis devem seguir os valores e a diversidade cultural de nosso povo, baseados no humanismo, na solidariedade e na justiça social.



**37.** Todo cidadão tem direito à saúde. Para isso, o governo deve fortalecer o SUS e intensificar programas de saúde preventiva, com educação, alimentação saudável, prática de esportes e adoção de medicamentos naturais.



38. Todos os trabalhadores de todas as categorias e setores sociais terão direito à organização em associações e sindicatos. Devemos revogar a atual reforma trabalhista que está em vigor e garantir autonomia e liberdade sindical, com apoio necessário.

39. Todo cidadão tem direitos previdenciários e direito à aposentadoria. Por isso devemos rever a atual legislação, e garantir que todos possam se aposentar em idade adequada, com salário justo, independente do tempo de contribuição. A previdência deve ampliar e diversificar as fontes de financiamento entre as empresas e penalizar os sonegadores.



40. Todo cidadão tem direito a professar e praticar suas crenças culturais, religiosas e respeitar as dos demais.

41. Impedir e penalizar a discriminação de qualquer tipo contra as pessoas, por sua orientação sexual, identificação de gênero, expressões culturais, crenças, idade ou identificação étnico-racial.



42. Criar programas culturais, de esporte e lazer que alcancem toda família brasileira, reconhecendo as diversas configurações familiares.

43. Democratizar os meios de comunicação social, como televisão, rádios, jornais, internet, para que o povo e suas organizações possam ter acesso e praticar a liberdade de expressão.



Impedir a manipulação publicitária, política e religiosa que se faz atualmente com os meios de comunicação concentrados nas mãos de empresas e organizações.

## 5. Um Estado a serviço do povo



44. Os recursos públicos, recolhidos do povo e administrados pelo Estado e governos nos diferentes níveis (municipal, estadual e federal) devem priorizar os investimentos nas necessidades do povo como moradia, educação, saúde, esporte, cultura e infraestrutura.

45. A ação do Estado deve priorizar também a promoção do bem-estar de trabalhadores e trabalhadoras e superação de desigualdades historicamente acumuladas, tais como as desigualdades regionais, raciais e de gênero.



46. O Estado deve contribuir com investimentos produtivos na indústria, na agricultura, serviços e na pesquisa tecnológica de forma que ajudem a resolver os problemas do povo e garanta emprego e renda para toda a população.

47. O Estado deve garantir uma renda mínima a toda família pobre do Brasil.



48. Devemos adotar todos os mecanismos possíveis de transparência de toda gestão pública, em todos os níveis.

49. Devemos desenvolver novas formas de participação popular nas decisões e na gestão pública do Estado e dos governos, inclusive para determinação das prioridades orçamentárias. Devemos estimular o debate sobre os problemas e as propostas de solução com todo o povo em assembleias, redes, meios de comunicação. Assim como, garantir a sua participação em conselhos administrativos, e a realização constante de consultas e plebiscitos populares. A democracia popular deve estar baseada na participação efetiva das pessoas e suas organizações e não apenas no ato de votar em eleições.



50. Implementar mecanismos de participação e controle social democrático na estrutura institucional do sistema de justiça através da criação de Conselhos de Controle Externo da Justiça, assim como implantar ouvidorias externas em todas as instituições de justiça e segurança pública.

51. Desenvolver a justiça restaurativa em contraposição ao modelo punitivo, ampliar as alternativas ao encarceramento, democratizar o sistema de justiça e instituir formas educativas de aplicar as penas, baseadas no trabalho e no estudo.



## Glossário

### Conselhos de Controle Externo da Justiça

No caso do sistema de Justiça, os conselhos de controle externo devem ser compostos por membros do sistema judicial e da sociedade e são importantes para possibilitar o controle social sobre o ingresso nas carreiras, sobre as atividades administrativas, financeiras e disciplinares no âmbito dos tribunais, Ministério Público e Defensoria Pública, e também para construir alternativas para o desenvolvimento do acesso e da eficiência da Justiça.

### Justiça restaurativa

É um modelo de Justiça que não está centrado no punitivismo, mas na restauração do dano causado à vítima.



52. Reestruturar o sistema de justiça, atualmente blindado e elitizado, o que entra em contradição com os princípios da democracia e da soberania popular.

53. Investimento na formação humanitária dos policiais, com políticas de incentivo a condutas de respeito aos direitos humanos. A formação policial inicial e continuada, bem como a avaliação permanente da ação das instituições policiais, deve priorizar a defesa efetiva da vida (e não da propriedade), a diminuição da letalidade policial e o enfrentamento ao racismo institucional.



54. As forças policiais devem ser reorganizadas, para que atuem de forma preventiva ao crime e sejam desmilitarizadas. Manifestações pacíficas, como marchas e ocupações, não devem ser objeto de repressão policial, e sim devem contar com o apoio das forças de segurança pública.

55. As forças armadas devem ser reorganizadas e utilizadas em situações de defesa nacional e excepcionalmente de segurança internacional, mas nunca voltadas para o combate a um suposto “inimigo interno”.



## Glossário

### Forças policiais desmilitarizadas

Diferentemente de vários países, no Brasil a estrutura das polícias é militarizada, ou seja, obedece a uma hierarquia e a uma Justiça militar, com controles civis limitados. A defesa de uma polícia desmilitarizada significa a desmobilização da retórica da “guerra contra um inimigo interno”.



56. Será proibida a cessão de nosso território para qualquer força governamental ou empresarial estrangeira.

57. O Brasil deve assinar todos acordos internacionais que visem garantir a paz permanente em todo continente e no mundo.



58. Defesa e valorização dos mecanismos de integração regional como o Mercosul e a Unasul, e não uma inserção subordinada em organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

59. A Defesa Nacional é tarefa de todo o povo brasileiro e não apenas das instituições armadas e tem como objetivo garantir a autonomia decisória da soberania popular diante dos constrangimentos internacionais.



## Glossário

### Mercosul e Unasul

O Mercosul (Mercado Comum do Sul) é um acordo de livre comércio envolvendo seis países da América do Sul, que visa aumentar as transações econômicas entre estes países. A Unasul (União das Nações Sul-americanas) é uma organização intergovernamental que envolve todos os países da América do Sul.

### OCDE e OTAN:

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é um fórum impulsionado pelos EUA que reúne a maior parte dos países de alta renda, especialmente na Europa. A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) é uma aliança militar intergovernamental que reúne os EUA e potências europeias.

# IV- Orientações metodológicas para o uso desta cartilha

## 1. O que queremos com esse debate?

- a. Para que este projeto se efetive na realidade não basta que ele esteja bem escrito. Ele precisa ser sustentado por amplos setores da sociedade, se transformando em uma força política;
- b. O povo brasileiro se organiza das mais diferentes formas, como as forças sociais (entidades, igrejas, universidades, etc), as forças populares (movimentos da classe, sindicatos, associações, cooperativas de produção e de trabalho) e as forças políticas (que são as organizações políticas e partidos). Cada força tem suas características, objetivos e demandas próprias para melhorar as condições de vida do povo. Porém, somente um projeto popular, de país, pode dar unidade a essas forças, para que atuem na mesma direção, já que as causas dos problemas comuns estão na estrutura do capitalismo, que atinge a todos e todas;
- c. Para que isso ocorra os vários setores que compõem o povo brasileiro precisam ser parte dessa construção, precisam se identificar nessa plataforma;

- d. Portanto, a parte mais importante da elaboração de um Projeto Popular para o Brasil começa agora. Ou seja, é o processo de diálogo com os diferentes setores da sociedade: camponinato, juventude, trabalhadores e quem mais se interessar. Esse será o processo para que consigamos construir uma síntese das aspirações do povo brasileiro;
- e. Deste modo, queremos iniciar esse diálogo com todas as forças vivas da sociedade, com os setores mais ativos politicamente e que atuam na resistência aos ataques neofascistas e neoliberais que estão em curso;
- f. Cabe agora a você, que está em posse desta cartilha, convocar militantes, ativistas, lideranças comunitárias, agentes populares no campo da saúde, educação, etc, de sua região ou município para desenvolver esse debate.



Foto: Reprodução

## 2. Quais os nossos objetivos:

- g. Construir com as organizações populares em diálogo com o povo brasileiro as bases de um novo projeto de país;
- h. Contribuir para politizar a sociedade debatendo a crise econômica, política e social brasileira; bem como identificar as saídas para esta crise;
- i. Articular e envolver o maior número possível de militantes e lideranças populares no maior número possível de municípios e bairros das grandes cidades;
- j. Forjar uma nova e ampla geração de jovens militantes, com força social e política, engajados na construção de um projeto de país;
- k. A partir do debate realizado durante todo o processo e da sua síntese podemos construir uma Carta do Povo Brasileiro como expressão política da sociedade que queremos construir.



Imagem: Pikisuperstar

### 3. Como organizar o debate do projeto para o país?

**l.** Formadores: Cada estado deverá organizar e/ou participar dos cursos de formação de formadores do Projeto Brasil Popular. Se esta cartilha chegou até você, provavelmente você já é um multiplicador desse projeto;

**m.** Mapeamento: Em cada estado, os formadores devem mapear e dividir os responsáveis por organizar os debates em cada município ou território;

**n.** Articulação: Definidos os territórios de atuação, o formador deve procurar os grupos organizados (movimentos populares, associações de moradores, igrejas, conselhos, etc) deste território para apresentar a proposta de um encontro local;

**o.** Definindo o formato: A depender das condições e da disposição do público, o debate poderá ser feito em um encontro, ou mais. É importante fazer essa definição no processo de articulação, já indicando as melhores datas;



Imagem: Freepik



Foto: Levante Popular da Juventude/Reprodução

**p.** Definindo o local: Feita essa amarração é o momento de definir o local. É importante que o local do encontro seja o mais próximo possível da área que você está responsável. Pode ser em uma escola, sindicato, associação, etc. Sempre que possível é importante ter um lanche, e uma boa ornamentação, ou seja, deixar o local organizado e bonito;

**q.** Mobilização: Diante dessas definições anteriores já é possível fazer o processo de mobilização dos participantes. Lembrando que nesta etapa mais importante que encontros massivos é que sejam o mais representativos possível, possibilitando uma participação qualificada de todos os envolvidos. Portanto, mais importantes que carro de som e cartazes, a mobilização deve ser feita liderança a liderança, garantindo esse diálogo direto.

## 2- Qual a metodologia dos encontros?

- a. Educação Popular: Nossa metodologia deve estar fundamentada nos princípios da Educação Popular. Essa perspectiva valoriza a experiência de cada pessoa como ponto de partida, em que os participantes são sujeitos do processo. Por isso, cada atividade deve ser organizada de forma participativa, que envolve a contribuição de todas e todos;
- b. Formato: Como foi dito acima, o encontro pode ser feito em um turno ou dividido em mais etapas. Vamos apresentar uma proposta voltada para um turno de trabalho;
- c. Ornamentação: os espaços precisam ser cuidados para expressar a riqueza cultural e da história do nosso povo, das tradições locais e referências de lutadores e lutadoras do povo;

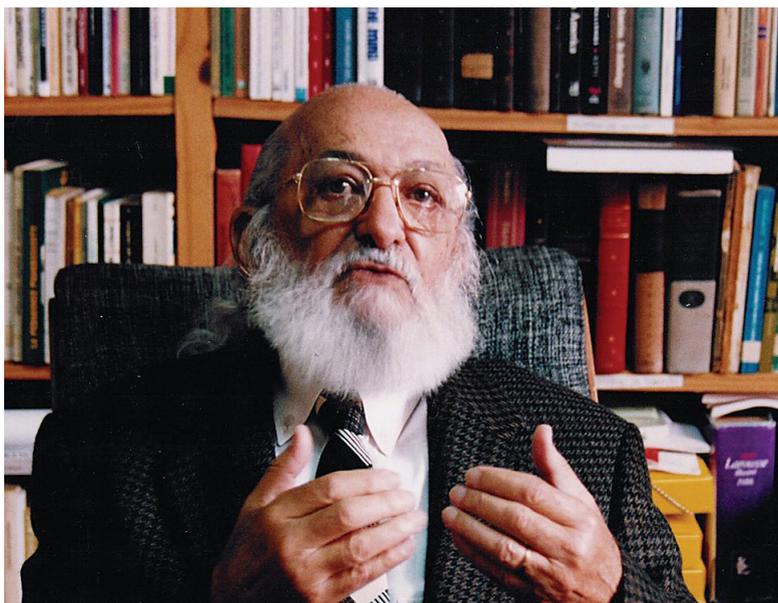


Foto: Instituto Paulo Freire/Reprodução

d. Mística, condução dos espaços e animação: esse processo de diálogo, escuta e contribuição precisa ser cuidado também na mística e na animação. Nossas relações precisam ser mediadas e com toda a atenção para que os espaços para debater e refletir sobre as saídas para os problemas brasileiros sejam alegres, tranquilos e permitam que as pessoas participem. Mística é nos lembrar que temos uma história de muitas lutas, muita construção e muita gente veio antes de nós, sonhando e construindo esse país. E a animação é para não tratarmos os debates como espaços protocolares, frios ou tensos. Os espaços não devem ser para descobriremos quem é mais sabido/a ou quem tem mais história de luta, mas sim para que todas as pessoas convocadas e interessadas possam contribuir. Por isso a condução precisa ser atenciosa para garantir as falas, esclarecer dúvidas sobre o processo e estimular as pessoas a se colocarem na dinâmica;

e. Apresentação dos objetivos: É importante organizar o espaço com uma dupla (uma companheira e um companheiro) para a mediação e condução. A apresentação deve ser após a mística;

f. Dinâmica de debate: O roteiro é uma sugestão de como conduzir:



Foto: Levante Popular da Juventude/Reprodução

i. Sempre que for possível devemos organizar o espaço com as pessoas em círculo para favorecer a participação e o diálogo. Caso tenha muita gente, organizar em dois círculos. Se o espaço não permitir de forma alguma essa adequação - exemplo, por ter cadeiras fixas - organizar em fileiras.;

ii. Animação e mística para abrir;

iii. A coordenação se apresenta, fala as propostas e faz a sugestão de acordos abaixo:

1. Falas com tempo limitado;
2. Inscrições alternadas – uma companheira e um companheiro;
3. Definir uma dupla para ajudar na sistematização;
4. As falas devem ser sobre o tema de reflexão;
5. Espaço em grupos para leitura da cartilha;
6. Reflexão nos grupos sobre os pontos;
7. Retorno para o plenário para o debate sobre os temas;
8. Falas finais para apresentar os temas principais da síntese;
9. Acordos do grupo e próximos passos.

g. Os problemas locais e como enfrentar: o debate sobre os temas do Projeto Brasil Popular terão um conjunto de elementos para compreender o Brasil (diagnóstico) e também para enfrentar os problemas que afetam a vida do povo. Mas o debate é a partir de referências gerais.

h. Carta ao Povo Brasileiro: será a síntese coletiva com o objetivo de sistematizar o processo de diálogo, formulação e construção.

i. Avaliação

j. Próximos passos

### 3- Carta do Povo Brasileiro

- a. Nossa proposta de sistematização será feita a partir da redação de cartas. Por isso, este será o produto mais importante do encontro. Vamos recolher nacionalmente estas cartas redigidas nos encontros, que se chamarão “Carta ao Povo Brasileiro”, na qual a comunidade ou município envolvido relatará ao povo brasileiro a sua contribuição ao debate.
- b. A partir da análise da realidade local refletir sobre as questões geradoras que guiarão a escrita da carta:
- i. Que país nós herdamos?
  - ii. Que país nós precisaríamos ter para garantir uma vida digna para todo o povo?
  - iii. O que faremos para construir esse país como legado para as próximas gerações?



Imagem: Reprodução



- c. A metodologia das cartas é uma maneira de nacionalmente canalizarmos o pensar e o refletir sobre o futuro, que país e que povo queremos ser, e com ele, dialogarmos com os paradigmas do Projeto Popular.
- d. O título da Carta deverá ser “Carta da (autor/a) ao Povo Brasileiro” (Ex: Carta da Rocinha ao Povo Brasileiro)
- e. Ao longo desse processo uma equipe nacional fará a sistematização dos eixos e conteúdos apresentados nas cartas produzidas e enviadas.
- f. Cada Carta deverá ser enviada por email no endereço **contato.grupoprojetobrasil@gmail.com** ou por correio no endereço para **Secretaria Nacional do Projeto Brasil Popular na Rua Ministro Godói, n 1484 - Bairro: Perdizes, São Paulo - SP, 05015-90**



Foto: Kstudio

# V- Para saber mais:

Seguem indicações de textos, livros, filmes e demais materiais organizados por temática que você pode procurar para saber mais.

- **Cidades:**

## **Textos e Livros:**

- ManifestoBrCidades:

[https://issuu.com/projetobrasilcidades/docs/bienal\\_final\\_impress\\_\\_o.compressed](https://issuu.com/projetobrasilcidades/docs/bienal_final_impress__o.compressed)

- Livro MetrÓpole do Capitalismo

[http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf)

- Artigo "Cidades têm a chave para a recuperação da democracia no Brasil"

link: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/cidades-tem-a-chave-para-a-recuperacao-da-democracia-no-brasil/>

- Artigo "As cidades pedem socorro e repensar o Brasil é preciso"

link <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/as-cidades-pedem-socorro-e-repensar-o-brasil-e-preciso/>

- Artigo "A Coronacrise e as emergências nas cidades"

link <https://jornalggn.com.br/a-grande-cri-se/a-coronacrise-e-as-emergencias-nas-cidades-por-erminia-maricato/>



- Artigo “Os excluídos da cidade e a lei”  
link <https://jornalggn.com.br/habitacao/os-excluidos-da-cidade-e-a-lei-por-erminia-maricato/>
- Entrevista Diálogos do Sul “Paulistanos gastam mais com transporte do que alimentação”  
link <https://www.youtube.com/watch?v=bA4SJEnMTIA&feature=youtu.be>
- Texto “Conhecer para resolver a cidade ilegal”  
[http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf)

### **Documentários e Filmes:**

- Fim de Semana  
<https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM>
- SÉRIE HABITAÇÃO SOCIAL - PROJETO DE UM BRASIL  
A série não está disponível no youtube, mas é possível solicitar a visualização para eventos ou cursos gratuitamente.  
<http://piquebandeira.com.br/projeto/habitacao-social>

### **Podcast:**

- BrCidades (disponível no Spotify)

### **Outros Materiais de formação:**

- MEIA HORA COM BRCIDADES: <https://www.youtube.com/c/BrCidades/playlists>
- BrCIDADES EM PAUTA:  
<https://www.youtube.com/channel/UC6Kw1-poQMfJeH-tbeCLhqaA>

## • Defesa

### **Textos e Livros:**

- Concepção de estratégia: SAINT-PIERRE, H. Racionalidade e Estratégias. Premissas, NEE -UNICAMP - Campinas, SP, v. 3, p. 24-51, 1993. [https://www.academia.edu/40149156/Racionalidade\\_e\\_Estrategia](https://www.academia.edu/40149156/Racionalidade_e_Estrategia)
- Forças Armadas e ditadura militar: VELASCO E CRUZ, Sebastião e MARTINS, Carlos E. De Castelo a Figueiredo: uma incursão à pré-história da 'abertura'. In: Almeida, M. H. e Sorj, B. (orgs.) Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- Forças Armadas e conjuntura: PENIDO, A.; MATHIAS, S.K.; RODRIGUES, j. As FFAA no governo Bolsonaro. Instituto Tri-continental, 2020. <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>
- Livro: Militares e a crise brasileira. João Roberto Martins Filho, Editora Alameda (2021)

### **Documentários e Filmes:**

- Os militares da democracia: os militares que disseram não. Silvio Tendler (2014).
- Prestes - O Cavaleiro da Esperança. Maria Maia (2014)
- Lamarca - Sergio Rezende (1994).

## • Democratização da Justiça:

### Textos e Livros:

- O processo, Franz Kafka
- O estrangeiro, Albert Camus
- Justiça e Direitos Humanos: Perspectivas para Democratização da Justiça  
<http://www.jusdh.org.br/files/2015/07/Justi%C3%A7a-e-Direitos-Humanos-vers%C3%A3o-final.pdf>
- Justiça e Direitos Humanos: Olhares Críticos sobre o Judiciário em 2015  
<http://www.jusdh.org.br/files/2016/06/Anu%C3%A1rio-Jusdh-internet.pdf>
- Porteiro ou guardião? O Supremo Tribunal Federal em face aos direitos humanos
- <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14515.pdf>
- Artigo de Boaventura de Sousa Santos no livro: [https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Enunciados\\_Eletronico\\_.pdf](https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Enunciados_Eletronico_.pdf)  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452013000100006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452013000100006)

## **Sites:**

- <http://www.jusdh.org.br/>
- <https://www.ajd.org.br/>
- <http://www.abjd.org.br/>

## **Documentários e Filmes:**

- “Sessão especial de justiça” - Costa Gravas

## **Podcast:**

- <http://www.jusdh.org.br/category/fala-justa-o-programa/>

## • **Financeirização**

## **Textos e Livros:**

- A era do capital improdutivo, Ladislau Dawbor
- O Valor de tudo, Mariana Mazzucato
- A elite do atraso, Jessé de Souza

## **Documentários e Filmes:**

- Inside Job
- Nação Especulação
- O Dedo na Ferida
- Você não Estava Aqui.

## • **Segurança pública**

### **Textos e Livros:**

- A pequena prisão, Igor Mendes
- A onda punitiva, Loic Wacquant
- Uma razoável quantidade de crime, Nils Christie.

### **Documentários e Filmes:**

- O som ao redor, Kleber Mendonça
- Bacurau, Kleber Mendonça
- A 13ª emenda.

## • **Questão Agrária e produção de alimentos:**

### **Textos e Livros:**

- Você encontrará na página Formação em Tempos de Corona <https://sites.google.com/view/mstformcaocvd19/in%C3%ADcio> vários materiais disponíveis para aprofundar essa temática. São vídeo-aulas e textos didáticos para aprofundamento. Sugerimos “Plantar árvores e produzir alimentos saudáveis”; “Questão Agrária, cooperação e agroecologia”; “Programa Agrário do MST”
- Caderno de Agroecologia nº01: Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, 2020.
- Dicionário da Educação do Campo - Verbetes: Agroecologia, Reforma Agrária (ed. Expressão Popular)
- A Ecologia de Marx, John Bellamy Foster
- Cartilhas da Jornada de Agroecologia do Paraná
- A Cartilha da Terra - Ana Primavesi (ed. Expressão Popular)
- Agroecologia na Educação Básica (ed. Expressão Popular)

### **Documentários e Filmes:**

- Vídeos Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis (MST): [https://www.youtube.com/playlist?list=PLs\\_FebLgno7apinluXR9hdD4x-bmfgK3P](https://www.youtube.com/playlist?list=PLs_FebLgno7apinluXR9hdD4x-bmfgK3P)
- Vídeos Agroecologia é o Caminho (MST): [https://www.youtube.com/playlist?list=PLs\\_FebLgno7Zp1ADeyXw7i0-\\_O83czbva](https://www.youtube.com/playlist?list=PLs_FebLgno7Zp1ADeyXw7i0-_O83czbva)



- Vídeos Comida de Verdade com MST (MST): [https://www.youtube.com/playlist?list=PLs\\_FebLgno7Zti3ICpVxwKuDJXPASVaNd](https://www.youtube.com/playlist?list=PLs_FebLgno7Zti3ICpVxwKuDJXPASVaNd)
- Vídeos da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia): <https://vimeo.com/agroecologia>
- O que é agroecologia - <https://www.youtube.com/watch?v=F9PblM1wuaY>
- Experiência de formação em agroecologia e agrofloresta dos jovens na Bahia - [https://www.youtube.com/watch?v=63T\\_8V4S-6ll](https://www.youtube.com/watch?v=63T_8V4S-6ll)
- O que é Agrofloresta? - <https://www.youtube.com/watch?v=f-dxPs0-gx2k>

## • Trabalho, emprego e renda

### Livros:

- KREIN, Dari (et al). Utopias do trabalho. <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17078.pdf>
- MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.
- POCHMANN, Marcio. A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial. São Paulo: Ideia e Letras, 2022.
- ABÍLIO, Ludmila (et al). Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. <https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxB/?format=pdf&lang=pt>

### Documentários e Filmes:

- Você não estava aqui, Ken Loach

**Texto:** Projeto Brasil Popular

**Diagramação:** Wilcker Morais

**Ícones:** justicon, freepik, smashicons, ultimatearm, vectors market, kosonicon, becris, eucalyp, flaticons, pongsakornred, ddara, iconixar, dinosoftlabs, good ware, moon.de.

**Projeto Gráfico:** Agência CPMídias e Wilcker Morais.





